

Processos sociais agrários e alguns pressupostos para a educação rural¹

*João Carlos Tedesco**

Idéias iniciais

As décadas de 1960 e 1970 atestam a empreitada do chamado “modelo de racionalidade” produtivista implementado no meio rural da região de Passo Fundo e em várias outras regiões do Centro-Sul e do Brasil. Esse modelo atingiu em parte seus objetivos: constituiu um parque agroindustrial (complexos agroindustriais); modernizou tecnicamente setores, regiões e produtos agrícolas; não alterou a estrutura fundiária; reestruturou a ocupação do espaço urbano; vinculou a agricultura aos processos da intersectorização e do agronegócio, dentre inúmeras outras questões de cunho sociocultural.

Não obstante a constituição e a maturidade dessa dinâmica em sua funcionalidade, seletividade e exclusão, nesses últimos trinta anos, novos rumos se apresentam no meio rural. Em primeiro lugar, nem tudo se modernizou conforme o modelo propunha. Aliás, o próprio conceito de modernização tornou-se ambíguo, não congregando os mesmos pressupostos de quando do seu fomento.

Em segundo lugar, o estilo familiar de produzir apresenta-se como dinâmico e paradigmático, mesmo em sua multifuncionalidade, diferenciação e diversidade. A família camponesa, malgrado sua *flexibilização* espacial, de atividades, de hierarquia, de convívio, de demografia, etc., é ainda

¹ Versão resumida do trabalho apresentado no Seminário da Constituinte Escolar no Rio Grande do Sul sobre Desenvolvimento e Educação Escolar, promovido pela Delegacia Regional de Educação de Passo Fundo, em 19 de outubro de 1999.

* Professor da Universidade de Passo Fundo, doutor em Ciências Sociais pela Unicamp/SP.

uma célula central no processo de organização do espaço socioeconômico e cultural do meio rural, mesmo naquele espaço rural não totalmente agrícola². Os vínculos profundos com novos agentes econômicos e culturais (indústrias e cidadãos, mediadores técnicos e financeiros) reabrem novos horizontes relacionais no meio rural, em grande parte maximizadores de fatores econômicos em prol dos representantes do capital urbano.

Em terceiro lugar, e em correspondência com a idéia exposta, na região, surgiram novos formatos de relações de trabalho pelo viés do assalariamento e das atividades pluriativas no meio rural, tornando o paradigma da produção de alimentos, a descendência pela herança e o trabalho agrícola não mais os únicos meios de constituição do *ethos de agricultor*.

Em quarto lugar, nem todo o rural é agrícola. Aliás, há uma grande tendência de reduzir cada vez mais esse daquele. Os depoimentos de jovens estudantes, de pais que vivem o dilema de ver seus filhos saindo - muitos desses incentivados no campo educacional como forma de fazer frente aos limites e bloqueios em vários âmbitos do meio rural em que vivem - atestam isso.

Em quinto lugar, redefine-se a relação rural/urbano não só pela ótica do agronegócio (relação com o sistema de crédito financeiro, *commodities*, setores a jusante e a montante...), não só pelas relações de trabalho (deslocamentos de saída e volta ao rural, interiorização de indústrias e ateliês no meio rural...), mas também pela ótica da cultura (turismo, lazer, culinária, ambientalismo e valores que a sociedade urbana considera impossíveis nela mesma).

Em sexto lugar, os vínculos de saber técnico não perpassam mais a totalidade de a família. Há um aprendizado profissional que passa pelo acesso intenso ao estudo formal profissionalizante tanto no espaço rural quanto no urbano, promovido pelas insituições normativas da aprendizagem, como também pelos capitais (agro)industriais envolvidos no *locus* produtivo rural. A mediação técnica e dos técnicos tornou-se constante. Nem todos encontram eco no horizonte de trabalho e de saber do agricultor, porém ganham legitimidade pelo dado objetivo da técnica, que torna mais racionais os processos produtivos e de trabalho, viabilizando, assim, para os mais bem aparelhados a possibilidade de inserção de seus produtos em mercados que muitas vezes são monopsônicos.

Em sétimo lugar, em meio ao processo complexo da globalização e dos mercados intersectorizados, inúmeras experiências econômicas e culturais brotam dos espaços locais (agroindústrias caseiras, artesanato, formas culinárias tradicionais e regionalizadas, produções para mercados locais, valorizações do lugar/local...). Experiências de economia solidária e de grupos de autogestão (agricultura ecológica, comercialização em feiras, trabalhos coletivos e aquisições técnicas na forma de associações) aparecem no meio rural da região como experiências pedagógicas de (cooper)ação. Tais experiências muitas vezes resgatam produtos, processos de trabalho, espacialidades produtivas bem tradicionais em termos de temporalidade, porém que se processam em meio a uma racionalidade moderna de vínculos mercantis, de gestão e de aprendizado.³ Desse modo, abrem-se variáveis econômicas que

tematizam o ecologismo, a agricultura sustentável, com nichos de mercado altamente seletos, mas com grande tendência de expansão.

Enfim, a idéia central que fundamenta nossa análise é de que existe uma lógica modernizadora produtivista (expressiva do pensamento social e econômico brasileiro) que convive, em alguns momentos e situações, quer romper e, ao mesmo tempo, serve-se de dinâmicas tradicionais do espaço rural (família, local/lugar do vivido, lógicas e simbólicas internas da terra, do trabalho, do consumo, do convívio, do parentesco, do compadrio ...). É uma hipótese que, acreditamos, pode servir de chave de leitura, passível de entender o moderno e o tradicional, o funcional e o disfuncional na relação entre o rural e o urbano e seus atores constituintes.

Não faremos aqui mais do que uma simples pontuação de alguns dos grandes processos que perpassam o meio rural, que se manifestam e se dinamizam na região, bem como, com isso, problematizar o papel da educação escolar nesse cenário.

Os avanços e os limites de uma racionalidade meramente produtivista

Fala-se muito hoje em racionalidade da produção rural. Os defensores dos complexos agroindustriais que o digam! Acreditamos que haja limites dessa racionalidade no próprio seio da unidade familiar. A *lógica* em que a mesma opera não se expressa totalmente pela racionalidade do comportamento econômico, instrumentalizado pela idéia de mercado, preço, custos dos

fatores de produção, eficiência marginal da produção e consumo.

Os camponeses são unidades com acesso a seus meios de vida na terra, utilizando sobretudo o trabalho familiar, inseridos num sistema econômico global, mas que manifesta parcialidade em termos de engajamento e de possibilidade de seqüência normal em seus processos racionais. Há obstáculos à produção capitalista na agricultura, abrindo espaços para dinâmicas familiares de cunho tradicionalmente camponês. Esses obstáculos vão desde a discrepância entre tempo de duração do trabalho e a necessidade efetiva e/ou natural do ciclo produtivo à intensa valorização do trabalho, do patrimônio e da interação com a natureza, e não só em relação ao capital (diferente da empresa agrícola e urbana). A própria chamada *autodeterminação* do trabalho e o não comumente necessário desembolso efetivo do custo de mão-de-obra também expressam limites, dentre muitos outros.

O trabalho da unidade familiar aglutina-se em função de inúmeros fatores: divisão do trabalho, tipo de produto, de solo, fases de produtos, estações, acervo técnico-mecânico, número de membros da família, estudos, profissionalização, entre-ajuda, assalariamento, dentre outros. Tempo e espaço possuem ligações estreitas. As diversas atividades no espaço e no tempo de trabalho apenas se complexificam a partir de exigências externas à unidade familiar, o que faz com que as dimensões simbólicas do religioso, da sociabilidade (comunidade, vizinhança, lazer...), passem a se entrecruzar com universos *alheios*, envoltos na dimensão da tecnificação. Porém, esse vínculo externo não é sinônimo de completa

exclusão de processos relacionais e racionais internos, que sedimentaram saberes e lógicas objetivas no vivido da unidade familiar camponesa.

O processo civilizatório da técnica, sem dúvida, redefiniu em grande parte o equilíbrio cultural do passado. A civilização técnico-industrial criou um sistema de cultura e de exploração da terra que transpassa o equilíbrio durável e imóvel que o precedeu. As transformações se expressam no uso da química para substituir a adubação produzida na própria unidade de produção e no uso dos meios mecânicos. O empirismo tradicional sofre grande influência de um saber que se legitima pelo saber científico (a rotina e a obra da experiência são sucedidas pela pesquisa racional); a biologia, as culturas animais, vegetais e as culturas novas induzem uma nova geografia (espacialidade) agrícola e mudanças nas relações de trabalho.

A lógica produtivista do produtor moderno-tecnificado, desenvolvida e priorizada por políticas públicas de cunho modernizante, objetiva destinar a produção agrícola aos mercados de exportação ou ao setor urbano-industrial; desenvolver a produção de culturas comerciais com vistas à integração agricultura-indústria; promover a mobilização de excedentes; absorver recursos públicos para otimizar fatores de produção; reduzir custos de produção via tecnologia e redução do valor da força de trabalho, enfim, obedecer à lógica da esfera mercantil e das vantagens comparativas.

Não há dúvidas de que a modernização da agricultura, no caso brasileiro, com grande repercussão na região em questão, promoveu a produtividade de algumas culturas e ampliou o acervo mecânico e téc-

nico disponível, ainda que seja para um pequeno grupo. Entretanto, entre inúmeras outras questões, não resolveu o problema fundário, o qual se apresenta como uma *contradição* do processo modernizante em termos sociais e econômicos. Esse perfil de atraso e parasitário da concentração de terras no Brasil deixa claro que o proprietário latifundiário da terra é incapaz de acumular capitais via produção; incorpora, isso sim, a propriedade da terra ao processo de acumulação.

A educação técnica para os jovens rurais em instituições de geração e difusão técnica (colégios agrícolas) enfrenta esse problema contraditório: estrutura-se para receber o filho de agricultor e prepará-lo para seu retorno à unidade e à comunidade de origem. No entanto, enfrenta a consciência do estrangulamento do rural enquanto espaço de satisfação das necessidades, a dissolução do rural e a tensão rural-urbana vivida pelos que se formam em técnicas em agropecuária.⁴

O progresso não pode ser o demiurgo do processo social como um todo, nem mesmo a racionalidade econômica como único critério moldador das relações sociais e de produção. Se os critérios de racionalidade econômica e de maximização dos fatores de produção fossem tão verdadeiros assim, grande número de nossos grandes proprietários deveriam ser desapropriados, pois carecem de pressupostos maximizadores em seus fatores produtivos. O mesmo se poderia dizer do ensino técnico. Sua dimensão meramente técnica desenvolvida em alguns dos centros agrícolas da região acaba por atestar sua própria ineficiência, pois seu *público alvo* (agricultores), através da mediação do jovem-técnico, ou não lhe dá

credibilidade, ou, então, pelo fato de as técnicas modernas exigirem grandes desembolsos - impossíveis para a grande maioria dos agricultores -, a inovação se torna inócua, como idéia fora-de-lugar.

Em contrapartida, percebe-se que setores modernos (grandes e médios produtores técnico-capitalizados), bem como as agroindústrias que produzem com tecnologia de ponta (carne, oleaginosas, fumo, cítricos, cana, etc.), vinculadas ao agronegócio, são extremamente racionais, sensíveis ao processo de globalização que se evidencia, repercutindo no espaço do trabalho do pequeno produtor familiar, o que o obriga a estar constantemente vinculado a essas cadeias produtivas.

As empresas localizadas nessa região vieram substituir agentes, processos de trabalho, relações e funções; introduziram técnicas, pacotes, sistemas de objetos técnicos, requisitos, seleções, obrigаторiedades, mediações e exigências; porém, o espaço do conhecimento, da trajetória, do saber-fazer e do gostar-de-fazer, do continuar a ter poucas alternativas (bloqueio fundiário e, em parte, topografia montanhosa) permanece, redefinido. A simplificação de processos de comercialização, a simetria, a assepsia, a qualidade, a quantidade, a quimificação, etc. redefiniram saberes e afazeres, porém não anularam determinadas bases *institucionalizadas* espacial, cultural e historicamente.

É nesse horizonte geral e complexo que se viabilizam modos de atuação empresariais. Qualidade, quantidade, controle do preço da matéria-prima, seleção, diferenciações de produtores e seu nível de modernização, aprovisionamento sistemático e assimétrico do produto, adoção intensa de

sistemas, ações e objetos técnicos (nos moldes de estruturas industriais) não funcionam como mecanismos totalizantes na constituição da identidade de integrado. O produtor integrado é *integrado* a uma relação de domínios empresariais, porém é uma forma de exteriorização econômico-social e cultural apenas e, acima de tudo, *integrada* também ao *ethos de colono* em geral, ao horizonte da heterogeneidade característica do *modo de ser colono* e de suas representações que o integram à roça, à terra, ao trabalho e à família. Há uma *territorialidade* em nível espacial que se *alimenta* na multifuncionalidade do agir do colono em função de ganhos, de espaços da vida, de saber e do redefinir da família.

O resgate e o disseminar de novos saberes e novas profissões no meio rural

Os bloqueios fundiários, econômicos e comerciais fazem da integração uma opção e uma estratégia adaptativa alternativa para os camponeses. Porém, alguns desses bloqueios e precariedades infra-estruturais tornam alguns deles mais suscetíveis a um processo seletivo e de ruptura em relação a um tipo de integração idealizada pelas empresas. Em virtude desses limites, o confronto de lógicas objetivas é mais acirrado e se expressa com maior intensidade na esfera da comercialização (preços, venda, custos, mercado, segurança, lucro, oligopólios e oligopsônios, etc.), onde a variável produtividade fala mais alto. O circuito se alimenta: a baixa produtividade faz com que alguns recebam pouco, e perceber pouco significa maiores dificulda-

des para se inserir nos horizontes das exigências técnicas. O círculo vicioso se instala. O colono, então, com maiores dificuldades em alguns momentos, lança mão de uma interligação de fatores e rendimentos fruto de ações de trabalho diferenciadas, inclusive de trabalhos pluriativos, principalmente de mulheres e filhas, para subsidiar esferas de produção.

O difusionamento e a adoção de relações flexíveis de trabalho (informalidade, terceirização, subcontratação por peças ao domicílio...), na forma de ateliês e de outros processos, adentraram no meio rural da região pós-década de 1990 e estão remodelando inúmeras relações, que envolvem trabalho, terra, família, ganhos monetários, reprodução da força de trabalho, acumulação de capital, exploração e precariedade de formas de trabalho, reprodução do patrimônio, feminização do trabalho, etc., colocando em suspenso noções tradicionais de *rural* e de *urbano*, família como unidade de produção e de consumo, agricultor e operário, moderno e tradicional, dependência e autonomia, dentre outras.

A qualidade da mão-de-obra pouco exigente, a facilidade de adaptação ao processo de trabalho, a remuneração baixa não-exclusiva, correspondências sazonais e flexibilidade de horários, o emprego quase total de mulheres, auxiliadas por jovens e crianças, a simplificação do conjunto de operações administrativas e do processo global de produção, etc. transformam, formam e formulam noções, espaços e dinâmicas redefinidas no espaço rural agrícola e não-agrícola, privilegiando relações com empresas industriais. São processos novos e extremamente complexos em termos

teóricos e relacionais que precisam ser vistos, problematizados e colocados a público.⁵

Inseridas nesse quadro, principalmente no pós-final da década de 1980, e intensificadas pós- 1992, novas diretrizes estão se delineando dentro de um quadro de grandes pressões e conflitos, tendo em vista as situações nacionais, onde, em grande parte, os rendimentos agrícolas estão em baixa. Nessa conjuntura, as principais disposições que podemos aqui elencar prevêm reduções significativas nos preços subvencionados, com controle rígido sobre o produto ofertado, medidas agroambientais, redução dos preços dos produtos agrícolas, uso racional dos fatores de produção, etc. As questões da economia informal no setor, dos efeitos nefastos do uso desmedido e irracional da tecnologia (lembramos da “vaca louca”), do jogo do comércio competitivo internacional, da questão da segurança alimentar, da pobreza rural e urbana, da multiplicação dos atores coletivos, dos grupos de interesses setoriais, de comunidades, de blocos, de grandes empresas, etc. estão presentes na discussão da atual conjuntura econômica da agricultura.

A tendência à globalização e à horizontalização não transfere segurança e, muito menos, ameniza as incertezas no meio rural. Portanto, as transformações na estrutura agrária e nos processos de produção que envolvem os produtos agrícolas precisam ser analisadas considerando as mudanças globais da economia capitalista.

É nesse contexto que ressurgem as chamadas *economias regionais*, integrando o local nos esquemas globais de acumulação capitalista, flexibilizando relações e processos de trabalho industriais, buscando novos

espaços de rebaixamento do custo-trabalho, de debilidade organizativa e sindical, de não-rigidez de formas e processos de trabalho, etc. A agricultura brasileira vem sendo sensível a essa dinâmica toda, até porque em seu cenário há cristalização de saberes e demandas profissionais que vêm ao encontro de interesses de grupos empresariais.

O agro brasileiro apresenta, intensificadas nos últimos anos, uma redução dos gastos públicos e uma intensa desregulamentação dos mercados agrícolas concomitante aos cortes brutais no setor de abastecimento, no setor de crédito rural, na pesquisa e na extensão rural, no financiamento para comercialização, isso sem falar na quase-eliminação dos subsistemas de regulação funcional do setor (políticas de preços mínimos no mercado, mercados de estoques reguladores, barreiras alfandegárias, etc.).

Como consequência, aumentou o volume de importações para dar conta da demanda interna e da estabilidade de preços. Além da importação, os produtores nacionais dos produtos mais tradicionais da pauta de exportações vêm-se espremidos pela concorrência desleal provocada pelos grandes incentivos públicos concedidos aos produtos importados (Tavares dos Santos, 1997; Graziano da Silva, 1997).

Frente a isso, não há até então nenhum mecanismo de compensação aos produtos internos. A retirada de políticas públicas de regulamentação da agricultura abriu um espaço social e econômico comprometedor muito maior do que já existia: aumento de desempregados no meio rural e no urbano, concentração de terras, solos sem capacidade de reposição de fertilidade, esgota-

mento de fronteiras agrícolas, baixa produtividade e competitividade de vários produtos, além das incertezas, descontentamento e falta de perspectivas futuras principalmente para o jovem.

Os dados vêm confirmar essa tendência de ocupações não agrícolas de domiciliados rurais. No períodos de 1981/90, os trabalhadores não agrícolas residentes no meio rural cresceram a uma taxa de 6,0% a.a. contra 0,7% a.a. dos ocupados em atividade agrícolas, fazendo com que, em 1990, esse contingente de trabalhadores rurais em atividades não agrícolas atingissem 45% da PEA agrícola residente no campo.⁶

A população residente no meio rural com ocupação não agrícola cresceu cerca de 20% em 1980, atingindo 31,6% em 1990. Em cada três agricultores, um se dedica a atividades não agrícolas. Em contrapartida, a redução do emprego agrícola foi patente. A proporção da PEA total ocupada em atividades agrícolas caiu 23% em 1990, tendência de queda essa que se confirma também para os ocupados em atividades agropecuárias, porém residentes no meio urbano.⁷

Frente a isso, que ações e estratégias poderão se fazer presentes?

Perante a redução do emprego rural e a dificuldade de retenção da mão-de-obra familiar, é imperativo que se encontrem formas variadas de atividade no meio rural como é o caso do intenso incentivo à piscicultura, a produtos orgânicos e animais nobres, sucos e agroindústrias caseiras (derivados do leite e de frutas), turis-

mo rural, etc., buscando agregar valor aos produtos já existentes através de mecanismos produtivos e comerciais locais.

Necessário se faz dotar o meio rural de uma infra-estrutura e de uma dinâmica econômica que valorizem a produção local, que possam apresentar alternativas ao modelo produtivista e à modernização excludente, que criem condições para fazer permanecer a população no meio rural com atividades variadas, permitindo a absorção da mão-de-obra e a valorização da agricultura familiar.⁸

É imperativo que se pense numa política agrícola de distribuição de renda, de preços, financiamentos e comercialização para os produtos; que se dê garantia de investimentos em infra-estrutura; que se invista em pesquisa e tecnologias aplicadas; que se fortaleça o agricultor familiar em sua ampla diversidade, diminuindo as diferenças fundiárias e regionais, bem como democratizando as decisões políticas e econômicas do meio rural (Graziano da Silva, 1997).

A multifuncionalidade que o meio rural apresenta, acrescida pelas formas pluriativas, precisa ser acompanhada por decisões democráticas, agregação de valor e ganhos e de escala em correspondência aos vários atores e processos em questão, levando em conta inclusive, os nichos de mercado que se constituem localmente.

É bom que se repense o papel do Estado e do mercado sem saudosismo ou nostalgias utópicas e bucólicas e, também, sem reificar o progresso; que se reestruture a relação entre técnica e natureza (na ótica do custo e benefício ecológico); que se incentive a diversificação da produção e as políticas de fomento diferenciadas, privile-

giando os pequenos estratos produtivos familiares, alocadores de mão-de-obra familiar e mais sensíveis aos movimentos de mudanças estruturais em curso.

Muito disso já vem sendo feito em termos mundiais: agricultura sustentável, alternativa (produtos orgânicos), centros de compras de produtos considerados nutricionais (macrobióticos), comercialização de produtos agrícolas organizada e gerenciada local e comunitariamente (numa visão solidária e popular), programas de apoio à agricultura familiar e tradicional, assentamentos rurais (ainda que pouco expressivos), incentivo às agroindústrias caseiras, pluriatividades e agricultura de tempo parcial, microcooperativas de produção e comercialização, associações de pequenos produtores, entre muitos outros. Isso sem falar no neo-ruralismo, envolvendo o turismo rural.

São todas experiências que demonstram que o paradigma globalizante, mesmo tendo interesse em algumas dessas, não é tão linear assim. E o que é mais interessante, nem tudo isso se assenta e se fundamenta na lógica produtivista.

E em que a educação escolar no meio rural poderia contribuir?

A educação escolar nesses novos processos sociais agrários na região⁹

Antes de falar de educação escolar, faremos uma breve análise etnográfica do processo de trabalho camponês enquanto dimensão pedagógica e que possui uma lógica e universos simbólicos que obedecem a uma racionalidade interna que interage

com a natureza, com a família, com a terra enquanto espaço de produção.¹⁰

O espaço de trabalho camponês possui sua lógica interna, que combina processos naturais com a produção de espécies e variedades vegetais, num ecossistema fundado com base modelar no saber e no conhecimento, que advém, acima de tudo, da experiência - ciência do concreto. O processo que constrói o sistema de trabalho possui dimensões simbólicas que fazem construir não só espaços agrícolas, mas também espaços sociais e de gênero, idealizações da natureza. Os meios intelectuais (modelos de saber) juntam-se com os meios materiais e constrói-se a realidade ideal, o complexo de representações, expresso em códigos linguísticos que os tornam sociais.¹¹

Para o camponês, a transmissão do saber para o trabalho acontece no próprio trabalho; é um saber-fazer que é transmitido pela família (via de regra o pai; é ele que governa o fazer-aprender). A transmissão do saber é mais do que a transmissão de técnicas: tematiza valores, construções de papéis, estrutura social, reprodução do grupo. É pelo trabalho que se constrói a família, é pelo saber *técnico* que ela se faz e é o controle sobre esse saber que faz a hierarquia do grupo doméstico.

O pai é detentor de um saber que o autoriza a governar o processo de trabalho, isto é, dirigir o trabalho da família. É um processo ideológico que se sociabiliza. A produção-reprodução dos bens simbólicos (corpo do saber) precisa anteceder a produção de mercadorias. Há uma produção de bens que é socializada antes de socializar a mercadoria. Antes de produzir cultivos, o trabalho produz *cultura*; há um encadeamento de ações técnicas e de ações simbó-

licas tornando um processo rural e cotidiano que é o trabalho.¹²

O lugar do aprendizado do trabalho é a roça. Além de ela ser o resultado do trabalho e do processo histórico secular em que o ambiente vai se alterando, é um espaço da produção do saber, o qual se torna fazer; do fazer que se torna reproduzir; do reproduzir que se constitui na profunda ondulação do homem (camponês) com a natureza e com os seus frutos.

A terra de trabalho compõe-se na terra do vivido, complementando-se no seu todo. Terra forte e fraca, terra quente e fria, terra de fora, de dentro..., ambas vão definindo as espacialidades de gênero, de economia, de consumo, de moralidade. Existe o trabalho de fora, de dentro, "pra fora", que definem aspectos de autonomia, de sujeição e de identidade.

Há uma relação entre trabalho, comida e corpo. Ambos se ligam temporalmente (dia, noite, hora, café, almoço, janta...) e em correspondência ao gênero (comida forte, fraca, quente, provisão, estoques, horta...).

O chão da roça não produz apenas agricultura; produz também agricultores na medida em que é um processo socializador.²² Ocupando espaços marginais e usando instrumentos também marginais, a criança realiza suas experiências, desenvolve habilidades no manejo dos instrumentos que a tornarão apta, no futuro, a participar das atividades produtivas sem pôr em risco a produção do grupo doméstico.

Os rituais de iniciação de sua formação social, de sua importância grupal e econômica, acontecem no momento da incorporação dos saberes do meio dominados pelos adultos. A passagem à fase adulta não

tem, necessariamente, a idade como variável determinante. Há, então, um processo gradativo de aprendizado que corresponde a uma expansão do espaço social.

Há uma relação moral entre produção e consumo. A sobrevivência é a que primeiro deve ser pensada. Por isso, a necessidade de um planejamento/consorciamento para adequar entre si as necessidades de uns e outros produtos, e não de uns em detrimento de outros. A lógica é a da maximização de fatores que possam gerar equilíbrio e rendimento. Para tanto, é comum, em meio aos processos modernos de produção, o apelo à lua, ao benzimento, à terra forte (gorda), à terra fraca (magra). É desse modo que as condições de cultivo dependem também do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. A capacidade de distribuição da força de trabalho, as necessidades alimentares, os preços dos produtos, etc. são classificações e racionalidades internas e externas que¹² determinam internalizações de supostos de produção.

Há uma organização do espaço-ambiente que corresponde a um padrão tradicional de reprodução social e de percepção do ambiente e de uma economia auto-sustentada.

O trabalho é uma categoria cultural ou ideológica e tem múltiplos significados; expressa, acima de tudo, uma ética (essa ligada à terra, à família e ao gênero). Existe como que *um trabalho do saber* que informa o trabalho sobre a terra, e é o domínio desse saber que define quem *governa* a atividade agrícola e, com ela, a família. Aprender a lidar com a terra e as plantas é aprender a lidar com o ordenamento do mundo/natureza. Equilíbrio e reciprocidade o constituem.¹³

Portanto, romper com a prática da agricultura significa romper com toda uma visão de mundo, pois o camponês não aprende só a prática agrícola, mas, sim, todo um ordenamento de mundo mais complexo. O que queremos salientar é que há um modelo integrado de apreensão do mundo, com certa coerência interna, que é dominado cognitivamente pelo camponês.

Por mais que os processos materiais e racionais modernos tendam a alterar essa lógica interna; por mais que os valores não sejam imutáveis, o camponês reserva para si um horizonte que resiste em se romper; pode-se suspender a tradição hoje para restaurá-la amanhã; fragmenta-se hoje para fortalecer parte da unidade e unificar amanhã. Valores e história não podem ser congelados. O camponês também não, muito menos seu modelo de saber. O desafio está em perceber dialeticamente as mudanças; perceber seus conflitos/tensões e suas reações, quem são seus promotores, aonde se quer chegar.

É possível visualizar na região em questão inúmeras redefinições em processo. Aqui apenas as elencaremos para efeito de informação, pois carecem de estudos mais pontuais para perceber o quadro que se desenha no espaço rural regional e que repercussões poderão trazer para a educação escolar:

- bloqueio fundiário com exigência de modernização técnica;
- crescimento demográfico e desequilíbrio entre trabalho, renda, consumo e reprodução do patrimônio;
- estratégias de migrações rurais e urbanas;

- aumento da mediação do saber técnico, dos técnicos e das agroindústrias;
- pluriatividade, estratégias profissionais e estratégias familiares;
- desprivilégio de ser sucessor;
- casamento não mais como ritual agregador;
- tendência à individualização, à fragmentação e ao direto formal;
- o urbano como espaço de reprodução;
- tensões de gênero, sogra/nora, inter-habitações;
- exigências de profissionalização pelas (agro)indústrias;
- reduzido mercado matrimonial, venda da terra;
- escolarização e cultura instrumental;
- desprestígio da identidade de camponês.

Enfim, o espaço restrito não nos permite esboçar análises sobre o papel da educação no espaço específico aqui analisado. Levantaremos apenas alguns elementos que, acreditamos, problematizam a institucionalidade da educação no meio rural na região.

Um primeiro pressuposto a levar em conta é que o ser humano se funda num meio cultural em que foi socializado, portanto reflete aspectos de um longo processo histórico, assim com o manipula, o inova, o recria em razão de situações presentes. Deduz-se disso que a cultura não age por saltos, nem que a modernização destruiu por completo o sistema tradicional. A dinamicidade da cultura (difusão, contato, mudança) é correspondente à dinâmica dos processos sociais, temporais, técnicos, simbólicos e significativos que dão unidade às relações e modos de com-

portamentos sociais.¹⁴ Se isso tudo for verdade, há muita coisa para ser estudada, nem tudo está explicado, pois a modernidade técnica não possui um vetor único, nem o conhecimento sistematizado.

- As condições de existência do camponês, pelo seu trabalho, pelas práticas sociais, etc., vão criando um *saber social cotidiano* que é coletivo, hierarquizado, lógico e que dá conta das ações e processos relacionais, necessários (pragmáticos) ao seu mundo vivido. Esse saber social tematiza questões nas várias dimensões simbólicas e materiais, como instrumento do agir social. A sua logicidade funda-se na ordenação, nas previsões, na difusão, na regularidade, na classificação das ações cotidianas. Há, como já dissemos, uma *ciência do concreto* que fundamenta o agir camponês e isso precisa ser valorizado pelo conhecimento elaborado. É importante que se articulem os saberes, que sejam priorizados e valorizados, como ponto de partida, os conhecimentos e práticas de quem, verdadeiramente, é o sujeito da ação educativa.¹⁵

A racionalidade técnico-econômica fez da educação rural um equivalente de trabalho, um espaço de desvelamento da linguagem da mercadoria e das relações urbanas e capitalistas de produção, ajudando a promover o êxodo rural. Precisamos pensar numa outra racionalidade!

Percebemos na região que o estudo passa a ser uma alternativa de herança (incentivado, inclusive, pela relação de integração com as agroindústrias), um capital de

base cultural. No entanto, o conflito e a ambigüidade da situação se expressam na ação de permitir a condução dos filhos, pois acredita-se que terão melhores perspectivas futuras com o estudo e, ao mesmo tempo, os pais se sentem abandonados, desamparados, por perceberem a aversão dos filhos às práticas de trabalho agrícola.

A facilidade de transporte, a nucleação, a gratuidade do ensino, a dificuldade de comprar terra para reproduzir a unidade, os valores urbano-modernos, entre outros, fazem com que grande parte dos jovens da região cursem o ensino médio na cidade. Aí se localiza a grande tensão no núcleo presente e futuro da família.

Necessário se faz pensar seriamente no Projeto de Nucleação, pois, se ele continuar a ser desenvolvido no meio urbano, além de romper aspectos profundos que envolvem o viver de uma comunidade, provocará migrações, deslocamentos, novas socializações, seletividades, que comprometerão ainda mais a vida e as perspectivas no meio rural da região. É necessário ter consciência dos grandes processos que perpassam o rural hoje para poder redefinir ações e políticas específicas.

- Pensamos que as discussões que perpassam o meio rural hoje não podem deixar de lado a educação escolar, os processos que perpassam o seu contexto; deve-se repensar o problema do trabalho, do público (normativo), as formas de apropriação dos frutos do trabalho. Isso tudo leva à produção de uma consciência das formas de regulação do sistema de ensino, de uma nova perspectiva de desenvolvimento. Para tanto, é necessário pensar numa boa qualificação técnica (consciente de uma técnica humanizadora), numa boa formação teórica e ética do trabalho docente; democra-

tizar o conhecimento e a gestão dos processos, valorizar o local, o rural (sem preconceito e espírito de inferioridade).

Ao que nos parece, com o modernização da base técnica da produção, cidade e campo tornam-se espaços que se complementam, guardando-se especificidades ecológicas, sociais e culturais. No entanto, existe uma espacialidade socioeconômica e cultural que se articula em razão de necessidades essenciais de um processo mais amplo, o qual não se funda totalmente nas *decisões racionais e/ou científicas*. Até que ponto a educação vem acompanhando, dinamizando, contrapondo e limitando as mudanças em curso no espaço rural é algo que deve estar bem vivo e sobre o que constantemente se deve refletir, sob pena de se transformar a educação num *não-lugar* no conjunto das necessidades vitais do camponês.

Notas

- ² As empresas do ramo calçadista adentram de uma forma espantosa no meio rural, bem como representantes econômicos e de entidades públicas municipais, gerenciando espaços de turismo ecológicos.
- ³ Estamos elaborando um estudo sobre práticas de economia solidária no meio rural da região com base num acompanhamento que estamos fazendo com associações de produtores ecológicos. Nossa preocupação é perceber os processos econômicos que aí se constroem, mas também as ações pedagógicas que envolvem socialização, solidariedade, cooperação, aprendizado e difusão técnica, contatos e assessorias externas, gestão, desafios e perspectivas.
- ⁴ Um estudo mostrando a desilusão do jovem oriundo das escolas técnicas em agropecuária pode ser visto em Ari Paulo Jantsch e Márcia Santos de Souza, *A inserção do técnico em agropecuária, filho de pequeno agricultor, no mundo do trabalho: na tensão entre o (ainda) rural e o urbano*. Trabalho esse apresentado no II Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, Curitiba, 1999.
- ⁵ Ver Sérgio Schneider, *Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no RS*. Campinas, 1994 (dissertação). Ver também Paulo Alentejano, *Reforma*

- agrária e pluriatividade no RJ*. Rio de Janeiro: CPDA, 1997 (dissertação).
- ⁶ Graziano da Silva et al. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. *São Paulo em Perspectiva*, v. 11, n. 2, p. 50 - 64, abr./jun. 1997.
 - ⁷ Idem, p.57.
 - ⁸ Idem op. cit. Ver também Tavares dos Santos et al. Tensões agrícolas e agrárias na transição democrática brasileira. *São Paulo em Perspectivas*, v. 11, n. 2, p. 3 - 14, abr./jun. 1997.
 - ⁹ A região, aqui, é entendida enquanto espaço rural de abrangência da Delegacia de Ensino de Passo Fundo, espaço rural esse caracterizado pela presença da agricultura familiar, pouca gente no meio no meio, principalmente jovens, de atividades variadas, forte presença de agroindústrias.
 - ¹⁰ Análises brilhantes sobre isso encontram-se em Ellen Woortmann e Klass Woortmann, *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: UNB, 1997. Ver também Giralda Seyferth, Herança e estrutura familiar camponesa. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 52, 1995. Outras obras da autora adentram em questões antropológicas do campesinato. Carlos Rodrigues Brandão, em *Partilha da vida*, São Paulo: Cabral Editora, 1995, também colabora muito para resgatar as dimensões simbólicas que estruturam a vida do campesinato.
 - ¹¹ Woortmann e Woortmann, op. cit.
 - ¹² Idem, op. cit.
 - ¹³ Ver Woortmann e Woortmann (op. cit.); Brandão (op. cit.) também reflete sobre isso muito bem.
 - ¹⁴ Idem, para ambos. Ver também Garcia Júnior, O sul, caminho do roçado: estratégia de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero, 1989.
 - ¹⁵ Brandão (op. cit.); Woortmann e Woortmann (op. cit.).
 - ¹⁶ Ver Maria Nobre Damasceno, A construção do saber social pelo camponês na sua prática produtiva e política. In: Maria Nobre Damasceno (Org.). *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus, 1993.
 - ¹⁷ Idem, op. cit.
- BRANDÃO, C., R. *Partilha da vida*. São Paulo: Cabral, 1995
- DAMASCENO, M. N. (Org.). *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus, 1993.
- GARCIA JÚNIOR, A. *O Sul: caminho do roçado*. São Paulo, Marco Zero; Brasília, UNB/MCT-CNPq, 1989.
- GRAZIANO DA SILVA, J. et al. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. *São Paulo em Perspectiva*, v. 11, n. 2, p. 50-64, abr./jun. 1997.
- SCHNEIDER, S. *Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul*. Campinas, 1994 (dissertação) - IFCH/Unicamp.
- SCHNEIDER, S. As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. *Ensaios FEE*, ano 16, n.1, p. 105-129, 1995.
- SEYFERTH, G. Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança. *Revista do Museu Paulista*, v. XXIX, São Paulo, p. 72-96, 1984.
- SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 52, 1995.
- TAVARES dos SANTOS, J. V. et al. Tensões agrícolas e agrárias na transição democrática brasileira. *São Paulo em Perspectiva*, v. 11, n. 2, p. 3-14, abr. / jun. 1997.
- TEDESCO, J. C. A lógica produtivista e o camponês: ambiguidades e ambivalências no espaço agrário atual. *Revista Teoria e Evidência Econômica*, Passo Fundo, n. 6, ano 3, p.31 - 48, 1995.
- TEDESCO, J. C.; GRZYBOVSKI, D. Aprendizagem e inovação nas empresas familiares. *Revista Teoria e Evidência Econômica*, Passo Fundo, v. 7, n. 12, p.69-86, maio 1999.
- WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Unb, 1997.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ANJOS, F. S. dos. *A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC)*. Pelotas: Ufpel, 1996.